

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre a Avaliação do PNDH-3 em 2025 – 18/08/2025 – Gerado por IA

Este resumo apresenta uma visão geral das **101 participação dos cidadãos** na audiência pública "Avaliação do PNDH-3 em 2025: impactos, lacunas metodológicas e recomendações para atualização das políticas de direitos humanos", organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 18 de agosto de 2025. Assim, este relatório classifica e sintetiza as principais preocupações e propostas dos cidadãos, com o objetivo de subsidiar a análise dos Senadores sobre a percepção pública do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 101

Temas Principais:

- Efetividade, Implementação e Monitoramento (26%)**: A principal preocupação dos cidadãos é garantir que o PNDH-3 seja mais do que uma carta de intenções. Os participantes questionaram sobre a existência de orçamento, mecanismos concretos de financiamento, fiscalização e indicadores claros para monitorar o cumprimento das metas. Há um apelo para que as políticas públicas tenham impacto real e saiam do papel, com sugestões que incluem a transformação do programa em lei para assegurar sua continuidade como política de Estado, independente de mudanças de governo.

Exemplo: "Muitos planos anteriores tiveram metas não cumpridas. Quais mecanismos concretos de financiamento estão previstos para que não fique só no papel?" (Leonardo D., ES)

2. **Proteção de Grupos Vulneráveis e Direitos Específicos (23%)**: Uma parcela das manifestações demandou atenção a grupos específicos, argumentando contra uma visão genérica dos direitos humanos. Foram mencionadas as necessidades da população indígena, de mulheres (especialmente negras), da comunidade LGBTQIA+, de pessoas em situação de rua, de defensores de direitos humanos e de ativistas. Além disso, surgiram temas como o bem-estar animal, a proteção de ecossistemas e os direitos de comunidades tradicionais.

Exemplo: "Como o PNDH-3 aborda desigualdades específicas, como a das mulheres negras, evitando uma visão genérica dos direitos humanos?" (Giselle G., BA)

3. **Educação, Cidadania e Participação Social (16%)**: Os participantes destacaram a importância da educação e da conscientização para a efetivação de uma cultura de direitos humanos. As sugestões incluem a reintrodução de disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB) nas escolas, a criação de Escolas do Legislativo nos municípios e a realização de campanhas de divulgação para que a população conheça o programa. Também foram abordadas questões sobre a relação entre direitos humanos e o acesso a serviços essenciais como saúde e educação de qualidade.

Exemplo: "Reativar a disciplina de OSPB para mostrar aos adolescentes seus direitos e deveres num Estado Democrático de Direito!" (Airton J., RS)

4. **Atualização e Relevância do Programa (10%)**: Houve um claro entendimento de que o PNDH-3, criado em 2009, precisa ser atualizado para responder aos desafios contemporâneos. Os cidadãos perguntaram como o programa pretende incorporar temas emergentes como as transformações

tecnológicas, as novas dinâmicas socioeconômicas, a sustentabilidade e as questões de saúde mental agravadas pelas redes sociais.

Exemplo: "Considerando as transformações sociais, políticas e tecnológicas recentes, quais recomendações são prioritárias para a atualização do PNDH-3?" (Silvelyn A., AM)

5. **Fundamentos e Abrangência do Programa (10%)**: Uma parte das interações demonstrou uma busca por informações básicas sobre o PNDH-3, indicando uma lacuna na comunicação com o público. Cidadãos fizeram perguntas sobre como o programa foi criado, qual seu intuito, seus principais impactos e quais temas são de fato abordados, refletindo a necessidade de maior divulgação sobre seus fundamentos e seu alcance.

Exemplo: "Como foi criado o programa e qual é o intuito dele?" (Nathalia A., PR)

6. **Segurança Pública e Sistema de Justiça (9%)**: A interface entre segurança pública e direitos humanos foi um tema de grande preocupação. As perguntas e comentários abordaram a necessidade de alinhar a atuação policial aos direitos humanos para enfrentar a letalidade policial, a violência estatal, o encarceramento em massa sem o devido processo legal e a proteção de crianças e adolescentes contra o aliciamento pelo crime organizado.

Exemplo: "Como pretendem enfrentar a letalidade policial na atualização do PNDH-3, alinhando a segurança pública aos direitos humanos?" (Gabriel V., SP)

7. **Críticas e Ceticismo (6%)**: Por fim, um segmento das participações expressou ceticismo e críticas diretas ao conceito de direitos humanos. Esses comentários frequentemente contrapõem "direitos" e "deveres", questionam a quem os direitos humanos se destinam — se "ao cidadão de bem ou ao bandido" — e descrevem a política como "fake" ou "direito dos manos", evidenciando uma visão polarizada sobre o tema na sociedade.

Exemplo: "Para cada direito, não deveria existir antes um dever? Quem cumprirá os deveres se as políticas são para que todos só possuam direitos?"
(Marcelo E., GO)

A participação dos cidadãos na audiência pública sobre o PNDH-3 reflete uma sociedade engajada, porém cética quanto à capacidade do Estado de traduzir planos em ações concretas. Os principais temas levantados foram a necessidade urgente de efetividade e financiamento para as políticas, a demanda por proteção a grupos vulneráveis com um olhar para além do genérico, e a importância da educação para a cidadania como alicerce dos direitos humanos. Assuntos como a atualização do programa frente aos desafios contemporâneos e a complexa relação entre segurança pública e justiça também foram centrais. Os posicionamentos variaram da defesa enfática do programa à crítica contundente sobre sua aplicação, revelando a polarização do debate público e a necessidade de fortalecer o diálogo e a transparência.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35105>.